



SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A..

Rua Inácio Lustosa nº 755 Bairro São Francisco – CEP 80510-000 – CURITIBA PR

CNPJ: 20.251.847/0001-56

Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2025

Demonstrativos compreendidos:

- Relatório da Administração;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Notas Explicativas;
- Relatório da Auditoria Independente.

Demonstrações divulgadas no site em **30/09/2025**

<https://www.sudacred.com.br/>

A Diretoria da **SUDACRED** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

SUDACRED
FINANCIAMENTOS

JAMES DE
BEM
HASE:37862
312813

Assinado de forma
digital por JAMES
DE BEM
HASE:37862312813
Dados: 2025.10.21
14:04:27 -03'00'

James de Bem Hase
Diretor

Paulo Eduardo Pereira
Contador
CRC SC 030018/O-3

SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A..

CNPJ 20.251.847/0001-56

Rua Inácio Lustosa nº 755 Bairro São Francisco – CEP 80510-000 – CURITIBA PR

TERMO DECLARATÓRIO

Eu, James de Bem Hase, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

Setembro de 2025

JAMES DE BEM
Assinado de forma digital por JAMES DE BEM
HASE:3786231281
HASE:3786231281
Dados: 2025.10.21 14:04:48 -03'00'

James de Bem Hase
Diretor

SUDACRED
FINANCIAMENTOS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: Atendendo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial correspondente ao semestre relativo ao período findo em 30 de junho de 2024 e as respectivas Demonstrações de Resultados, da Demonstração dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, correspondentes ao semestre de 01 de janeiro de 2025 a 30 de Junho de 2025.

Em março de 2024, alcançamos um marco significativo em nossa trajetória ao recebermos autorização do Banco Central do Brasil para transformar nossa organização de uma Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCME) para uma Sociedade de Crédito Direto (SCD). Essa transição reflete nosso compromisso contínuo em expandir nossos serviços e atender às necessidades financeiras de nossos clientes com maior eficiência.

Como uma Sociedade de Crédito Direto, estamos agora capacitados a oferecer crédito para uma maior gama de clientes e consolida o serviço de cobrança de terceiros. Esta mudança não apenas amplia nossas capacidades operacionais, mas também nos permite desenvolver soluções financeiras mais ágeis e inovadoras, alinhadas com as demandas do mercado.

Nosso plano estratégico para 2025 inclui a ambição de crescimento contínuo e a consolidação de nossa posição no mercado. Além disso, estamos trabalhando intensamente para solicitar, até o final de 2024, a autorização para operar com produtos de moeda eletrônica. A introdução de serviços de moeda eletrônica representará um passo importante em nossa estratégia de diversificação, permitindo-nos oferecer uma gama mais ampla de soluções financeiras digitais, aprimorando ainda mais a experiência de nossos clientes.

Estamos confiantes de que estas iniciativas fortalecerão a nossa instituição e nos permitirão cumprir nossa missão de proporcionar acesso a serviços financeiros de qualidade para um número cada vez maior de pessoas e empresas e em conformidade com o do Banco Central do Brasil.

A Diretoria

SUDACRED - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 20.251.847/0001-56
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2025

BALANÇO PATRIMONIAL					
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado					
ATIVO	NE	30/06/2025	PASSIVO	NE	30/06/2025
CIRCULANTE		12.963	CIRCULANTE		2.779
Disponibilidades		436	Depósitos	8	7
			Outros Depósitos		7
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	5	218			
Títulos de Renda Fixa		1	Outras obrigações	9	2.772
Cotas de Fundo de Investimento		217	Cobrança e arrec. de tributos		90
Operações de crédito	6	10.359	Sociais e Estatutárias		0
Operações de crédito		14.328	Fiscais e Previdenciárias		931
(-) Provisões p/ perdas Associadas ao Risco de Crédito		-3.969	Diversas		1.751
Outros créditos	7	1.950	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	10.184
Adiantamento Imobilizado Fornecedores		340	Capital Social		8.100
Diversos		1.610	Capital		8.100
NÃO CIRCULANTE		0	Aumento de Capital		0
Imobilizado		0	Reserva de Lucros		577
Outras Imobilizações de Uso		0	Lucros/Prejuízos acumulados		1.507
(-) Depreciações Acumuladas		0			
TOTAL DO ATIVO		12.963	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		12.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**SUDACRED - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE
PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 20.251.847/0001-56**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO		
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado		
	NE	30/06/2025
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.099
Operações de crédito		4.090
Resultado com operações títulos e valores mobiliários		9
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.287)
Operações de empréstimos e repasses		
Provisões p/ perdas Associadas ao Risco de Crédito		(2.287)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.812
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(532)
Receitas de prestação de serviços		3.417
Despesas de pessoal	13	(955)
Outras despesas administrativas	12	(2.271)
Despesas tributárias	14	(723)
RESULTADO OPERACIONAL		1.280
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		1.280
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(258)
Provisão para imposto de renda Corrente	11	(389)
Provisão para contribuição social Corrente	11	(144)
Provisão para Imposto de Renda Diferido		202
Provisão para Contribuição Social Diferido		73
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO		1.022
Lucro por ação		0,1262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**SUDACRED - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO
PORTE LTDA
CNPJ 20.251.847/0001-56**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	
<i>*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado</i>	
	30/06/2025
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	1.022
Outros Resultados Abrangentes	102
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.124

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SUDACRED
FINANCIAMENTOS

SUDACRED - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 20.251.847/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
Eventos	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Aumento de Capital	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Especiais			
Saldos em 31 de dezembro 2024	8.100	119	507	-	383	9.109
Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	-	-	102	102
Aumento de Capital Líquido (Prejuízo) do Período					1.022	1.022
Destinações:						-
- Reserva Legal						-
- Reservas Estatutárias						-
- Dividendos/Juros Sobre o Capital			(49)			(49)
- Reservas Especiais de Lucro						-
5 - Pagamento ou Reversão de Dividendos/JCP						-
Saldos em 30 de Junho de 2025	8.100	119	458	-	1.507	10.184
Mutações do Exercício	-	-	(49)	-	1.124	1.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FINANCIAMENTOS



SUDACRED - SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE
PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 20.251.847/0001-56

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	
*Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado	
	30/06/2025
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	
1.1 Lucro/Prejuízo do período	1.022
1.2 Ajustes Realizados em Operações de Crédito	102
1.3 Ajustes por Depreciação	0
1.4 Ajustes por Provisões p/ perdas Associadas ao Risco de Crédito	2.185
2. Variação de Ativos e Obrigações	-3.212
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	401
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	-2.738
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	-729
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	914
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	-1.060
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	97
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	0
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	-43
5.1 Depósitos	6
5.2 Empréstimos País	0
5.3 Dividendos pagos	-49
5.4 Capital Social/Reservas	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	54
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	382
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	436

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SEMESTRE FINDO EM JUNHO DE 2025 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., constituída em 14 de maio de 2014, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN. A resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras.

Conforme estabelecido no artigo 42 da Resolução BCB nº 2 de 02/2020 que trata da divulgação das demonstrações financeiras. Conforme estabelecido no artigo 79 da Resolução CMN 4966 de 25/11/2021, as instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

A moeda funcional utilizada pela Instituição é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis, onde os valores são expressos em milhares de reais. A instituição avaliou os eventos subsequentes até o dia 26 de setembro de 2025, data em que a emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Instituição. No presente semestre a instituição não apurou resultados não recorrentes.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória a análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar.

f) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução BCB nº 352 do e legislação complementar.

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso – 10% e sistema de processamento de dados – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. INSTRUMENTOS IFRS 9 E RESOLUÇÃO 4966/2021

a) Introdução

A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições do Segmento S5. Esta norma estabelece os princípios para classificação, mensuração, reconhecimento de perdas esperadas e divulgação de ativos e passivos financeiros.

b) Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

A classificação dos ativos financeiros é determinada com base:

- no modelo de negócios da instituição; e
- nas características dos fluxos de caixa contratuais (teste SPPJ – Somente Pagamentos de Principal e Juros).

Com base nesses critérios, os ativos são classificados nas seguintes categorias:

- Custo Amortizado (CA): ativos mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais.
- Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): ativos mantidos para receber fluxos de caixa e também para venda eventual.

- Valor Justo por Meio do Resultado (VJR): ativos mantidos para negociação ativa ou cujos fluxos de caixa não são compostos apenas por principal e juros.

A instituição utiliza método de juros efetivo para mensuração dos ativos classificados ao custo amortizado.

c) Modelo de Negócios e Classificação dos Ativos

A instituição classifica seus ativos de acordo com o seguinte modelo de negócios:

Tipo de Ativo	Modelo de Negócio	Classificação Contábil
Operações de crédito – carteira própria	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado
Operações de crédito cedidas	Venda com transferência substancial	Valor Justo no Resultado
CDBs	Mantidos até o vencimento	Custo Amortizado
Fundos de renda fixa	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – negociação	Negociação	Valor Justo no Resultado
Títulos públicos – mantidos	Recebimento de fluxos contratuais	Custo Amortizado

d) Teste de SPPJ

O teste SPPJ é aplicado para verificar se os fluxos de caixa de um ativo financeiro representam exclusivamente pagamentos de principal e juros. Os ativos que não passam neste teste são obrigatoriamente classificados ao valor justo por meio do resultado.

e) Reconhecimento de Receita

A receita de juros é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva, que considera os fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa que iguala o valor presente ao valor contábil do ativo no reconhecimento inicial, ajustado por custos e receitas diretamente atribuíveis.

f) Stop Accrual – Suspensão do Reconhecimento de Receita

Em conformidade com as práticas regulatórias e prudenciais vigentes, o reconhecimento de receita de ativos financeiros é suspenso nos seguintes casos:

- Atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos;

- Evidência objetiva de deterioração do crédito, ainda que não vencido.

Tais ativos são classificados como problemáticos e o reconhecimento de receita é retomado somente após a regularização da situação.

g) Provisão para Perdas Esperadas

Operações de Crédito

A instituição utiliza a metodologia simplificada, permitida para instituições do Segmento S5, para mensuração de perdas esperadas em operações de crédito. A provisão considera:

- Classificação por carteira (C1 a C5), conforme o tipo de operação e garantias;
- Faixas de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas de mercado.

Demais Ativos Financeiros

Ativos classificados ao valor justo não requerem provisão, pois o risco já se reflete mensalmente nas variações do valor justo. Para ativos ao custo amortizado, a provisão é constituída somente em caso de inadimplência identificada.

h) Renegociação e Reestruturação de Ativos Financeiros

A instituição adota critérios distintos para renegociação e reestruturação:

- Renegociação: alterações contratuais (prazo, taxa, vencimento), desde que não comprometam a expectativa de recebimento integral.
- Reestruturação: ajustes mais amplos para recuperar créditos inadimplidos, podendo envolver carência, perdão parcial, ou alteração substancial das condições.

Tais eventos são acompanhados e reavaliados periodicamente quanto à recuperação do valor do ativo.

i) Divulgação de Riscos Financeiros

Os principais riscos associados aos instrumentos financeiros da instituição são monitorados de forma contínua, com práticas alinhadas às exigências do Banco Central do Brasil. Os riscos de crédito são gerenciados por meio de:

- Políticas de crédito;
- Monitoramento permanente da carteira;
- Análise de concentração e inadimplência;
- Testes de estresse e reavaliações periódicas das premissas de perdas.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	30/06/2024
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	218
Títulos de Renda Fixa	1
Cotas de Fundo de Investimentos	217

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pela sua Classificação por Carteira (C1 a C5), faixa de atraso e probabilidade de perda conforme histórico interno e práticas do mercado. A instituição adota os critérios contábeis previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN nº 4.966/2021.

a) Sendo a classificação das operações de crédito a seguinte;

	30/06/2025		
		Longo	
Operações de Crédito	Circulante	Prazo	Total
Empréstimos	14.328	0	14.328
Saldo Contratual	14.328	0	14.328
(-) Perda Incorrida Associada ao Risco de Crédito	3.252	0	3.252
(-) Provisão Adicional	717	0	717
(-) Provisão de Perdas	3.969	0	3.969
Saldo Contábil Líquido	10.359	0	10.359
Classificação Contábil	Custo Amortizado		

b) Sendo sua Composição da Carteiras de Operações de Crédito a seguinte;

30/06/2025

Composição de Carteira de Operações de Crédito	14.328
Empréstimos	14.328
Empréstimo	14.328

c) Sendo a Classificação por estágios de Risco de Crédito a seguinte;

	30/06/2025
Classificação por Estágios de Risco de Crédito	14.328
Metodologia Simplificada – Ativos Não Problemáticos	9.015
Empréstimos	9.015
Metodologia Simplificada – Ativo Problemáticos	5.313
Empréstimos	5.313

d) Sendo a Classificação por Carteiras de Crédito a seguinte;

	30/06/2025
Classificação por Carteiras de Provisão	14.328
Carteira C5	14.328
Não Problemáticos	9.015
De 0 a 14 dias de atraso	7.282
De 15 a 30 dias de atraso	337
De 31 a 60 dias de atraso	913
De 61 a 90 dias de atraso	483
Problemáticos Adimplidos	310
De 0 a 90 dias de atraso	310
Problemáticos Inadimplidos	5.003
Inadimplido – Período menor que um mês	470
Inadimplido – Período igual ou maior que 1 mês e menor que 2 meses	1.676
Inadimplido – Período igual ou maior que 2 mês e menor que 3 meses	128
Inadimplido – Período igual ou maior que 3 mês e menor que 4 meses	557
Inadimplido – Período igual ou maior que 4 mês e menor que 5 meses	237
Inadimplido – Período igual ou maior que 5 mês e menor que 6 meses	222

Inadimplido – Período igual ou maior que 6 mês e menor que 7 meses	243
Inadimplido – Período igual ou maior que 7 mês e menor que 8 meses	109
Inadimplido – Período igual ou maior que 8 mês e menor que 9 meses	320
Inadimplido – Período igual ou maior que 9 mês e menor que 10 meses	278
Inadimplido – Período igual ou maior que 10 mês e menor que 11 meses	133
Inadimplido – Período igual ou maior que 11 mês e menor que 12 meses	152
Inadimplido – Período igual ou maior que 12 mês e menor que 13 meses	94
Inadimplido – Período igual ou maior que 13 mês e menor que 14 meses	376
Inadimplido – Período igual ou maior que 14 mês e menor que 15 meses	8

7. OUTROS CRÉDITOS

Abaixo a composição dos Outros Créditos

	30/06/2025
Diversos	1.950
Adiantamentos	340
Ativos Fiscais Diferidos	275
Impostos e Contribuições a Compensar	427
Devedores Diversos	908

8. DÉPOSITOS

Referem-se aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas e valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais credenciados no arranjo de pagamento.

	30/06/2025
Outros Depósitos	7
Saldos de Livre Movimentação	7

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das Outras Obrigações:

SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A..

CNPJ 20.251.847/0001-56

Rua Inácio Lustosa nº 755 Bairro São Francisco – CEP 80510-000 – CURITIBA PR

30/06/2025

Outras Obrigações

Cobrança e arrecadação de tributos	90
Fiscais e previdenciários	931
Diversas	1.751

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da instituição na data deste demonstrativo é de R\$ 8.100.

Reserva Legal

A empresa possui reservas de Lucros de R\$ 119 constituída.

Juros sobre o Capital Próprio

A empresa possui em reservas especiais de lucros, juros sobre o Capital próprio de R\$ 457.

Lucros ou Prejuízos Acumulados

A empresa possui lucro acumulado de R\$ 1.507 constituída.

Ajustes Realizados em Operações de Créditos

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021, a empresa revisou a classificação e mensuração de seus ativos financeiros. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se um aumento total de R\$ 102 no patrimônio líquido, decorrente da reclassificação da mensuração inicial de provisões ativas. Essa reclassificação reflete de maneira mais adequada o valor justo desses instrumentos financeiros, alinhando-os às práticas contábeis internacionais e proporcionando uma representação mais precisa da posição financeira da empresa.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A. está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	30/06/2024
Contas de Resultado Credoras	7.516
Contas de Resultado Devedoras	(6.236)
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	<u>1.280</u>
(+) Adições	2.287
(-) Exclusões	(1.963)
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	<u>1.604</u>
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	-
Lucro Tributário Real	<u>1.604</u>
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	(389)
Contribuição Social- 9%	(144)

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Abaixo a composição das Outras Despesas Administrativas:

	30/06/2023
Água, Energia e Gás	(22)
Aluguéis	(16)
Processamento de Dados	(432)
Publicações e Relações Públicas	(5)
Serviços do Sistema Financeiro	(229)
Serviços de Terceiros	(748)
Serviços Técnicos Especializados	(146)
Outras Despesas Administrativas	(673)
Total	<u>(2.271)</u>

13. DESPESAS DE PESSOAL

Abaixo a composição das Despesas de Pessoal:

	30/06/2025
Proventos	(671)
Encargos	(246)
Benefícios	(38)
Honorários	-
Outros	-
Total	<u>(955)</u>

14. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Abaixo a composição das Despesas Tributárias:

	<u>30/06/2025</u>
ISS	(172)
COFINS	(300)
PIS	(49)
Tributos e Taxas	(202)
Total	<u>(723)</u>

15. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;

RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

Risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções atuais do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens: Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas; Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.

OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

16. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme norma. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 80,75% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de junho de 2025 em R\$ 9.909.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2025 foi autorizada pelos sócios da SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A., em 17/10/2025.



AUDITORES
INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.

30 de junho de 2025



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SUDACRED SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S.A.** em 30 de junho de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício de 2024

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram por nós auditados, sendo emitido relatório sem modificação de opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o Relatório do Auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se



AUDITORES
INDEPENDENTES

Desde 1976

manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 17 de outubro de 2025.

VGA AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/SC 618/O-2 CVM 368-9

GUILHERME LUIS Assinado de forma digital
por GUILHERME LUIS
SILVA:812467499 SILVA:81246749904
04 Dados: 2025.10.17 17:08:37
-03'00'

Guilherme Luis Silva
Contador CRC/SC 19.408/O-2



AUDITORES INDEPENDENTES

HÁ MAIS DE 49 ANOS AUDITANDO COM EXCELÊNCIA E CREDIBILIDADE